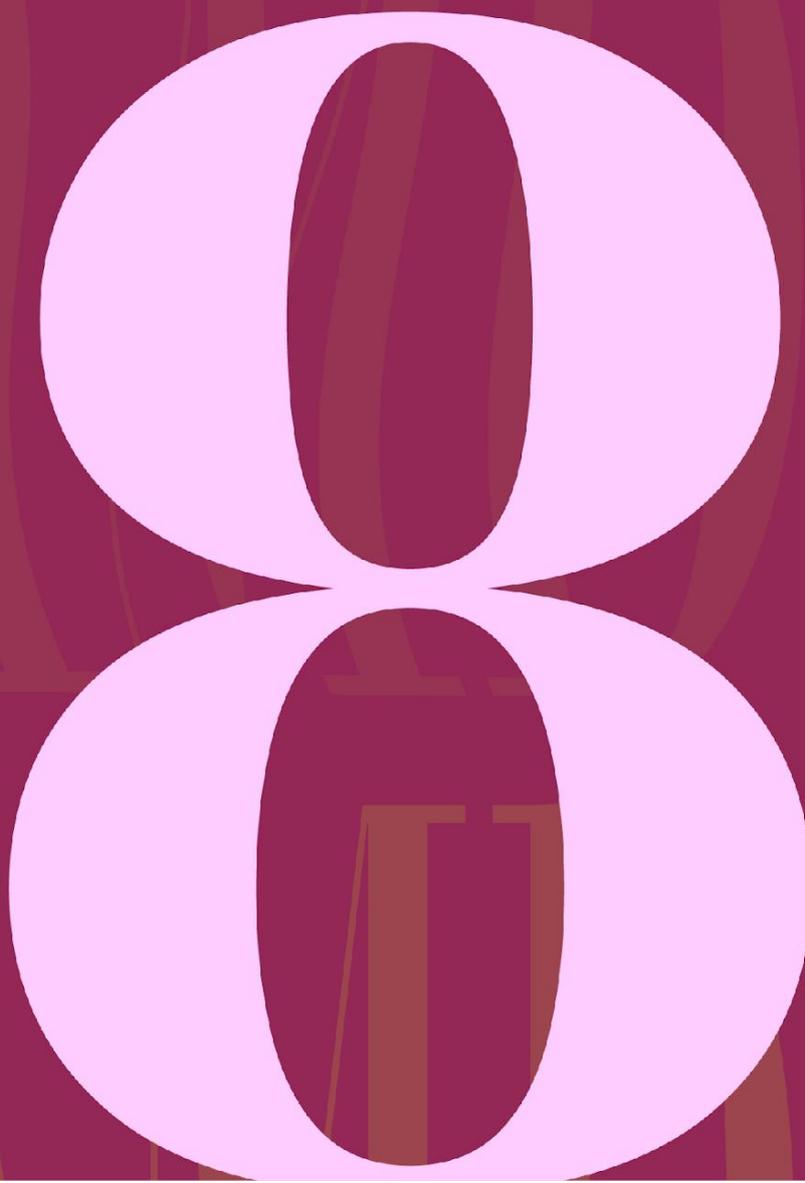


Redefinindo a Alta Costura: colaborações entre a Chambre Syndicale de la Couture Parisienne e o Estado francês no século XX

*Redefining Haute Couture: collaborations between the
Chambre Syndicale de la Couture Parisienne and the
French State in the 20th century*

*Redéfinir la Haute Couture : les collaborations entre la
Chambre Syndicale de la Couture Parisienne et l'État
français au XXe siècle*

Bárbara Venturini Ábile¹



Resumo

O objetivo deste artigo² é propor uma reflexão a respeito das redefinições da Alta Costura no século XX a partir da colaboração entre a *Chambre Syndicale de la Couture Parisienne* (CSCP) e o Estado francês. A CSCP, fundada em 1910, é um sindicato patronal que organiza as várias dimensões do trabalho dos produtores de Alta Costura em Paris. Sua formação marca a institucionalização daquilo que viria a ser o campo da Alta Costura, um espaço de lutas relativamente autônomo. Assim, neste artigo encontra-se uma análise da variação da autonomia desse espaço em relação ao momento em que o sindicato começa a estabelecer colaborações com o Estado francês. Serão tomados como exemplo os casos da instituição jurídica da nomenclatura Alta Costura em 1945, e da implantação do auxílio Aide-Textile entre 1952 e 1961. Será visto, ainda, como certos aspectos e regras da Alta Costura foram alterados conforme a circulação transatlântica do segmento era estimulada pelo governo. Dessa forma, ao passo que o Estado francês faz valer seus interesses, a CSCP perde o monopólio do controle que exercia até então na definição desse tipo de produção de roupas.

Palavras-chave: Alta Costura; campo; circulação; definição; Estado francês.

Summary

*The objective of this article is to think about the redefinitions of Haute Couture in the 20th century based on the collaboration between the *Chambre Syndicale de la Couture Parisienne* (CSCP) and the French State. The CSCP, founded in 1910, is an employers' union that organizes the various dimensions of the work of Haute Couture producers in Paris. We will affirm that the formation of the CSCP marks the institutionalization of what would become the field of Haute Couture, a relatively autonomous space of struggle. We will analyze the variation in the autonomy of this space in relation to the moment in which the union begins to establish collaborations with the French State. The cases of the legal institution of the Haute Couture nomenclature in 1945, and the implementation of the Aide-Textile aid between 1952 and 1961 will be taken as an example. We will see how certain aspects and rules of Haute Couture were changed as the transatlantic circulation of the segment was stimulated by the government. Thus, while the French State asserts its interests, the CSCP loses the monopoly control it previously exercised in defining this type of clothing production.*

Keywords: Haute Couture; field; circulation; definition; French state.

¹ Doutoranda em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora visitante na Université Sorbonne Nouvelle (2022-2023). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0425842724235734>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5391-4728>. E-mail: bvabile@gmail.com.

² Pesquisa financiada pela CAPES (2021-2025) e CAPES-COFECUB (2022-2023).

Résumé

L'objectif de cet article est de réfléchir aux redéfinitions de la Haute Couture au XXe siècle à partir de la collaboration entre la Chambre Syndicale de la Couture Parisienne (CSCP) et l'État français. La CSCP, fondée en 1910, est un syndicat patronal qui organise les différentes dimensions du travail des producteurs de Haute Couture à Paris. Nous affirmerons que la formation de la CSCP marque l'institutionnalisation de ce qui deviendra le champ de la Haute Couture, un espace de lutte relativement autonome. Nous analyserons la variation de l'autonomie de cet espace par rapport au moment où le syndicat commence à nouer des collaborations avec l'État français. On prendra comme exemple les cas de l'institution juridique de la nomenclature de la Haute Couture en 1945, et de l'implémentation de l'aide Aide-Textile entre 1952 et 1961. Nous verrons comment certains aspects et règles de la Haute Couture ont été modifiés à mesure que la circulation transatlantique du segment a été encouragée par le gouvernement. Ainsi, tandis que l'État français fait valoir ses intérêts, la CSCP perd le contrôle monopolistique qu'elle exerçait auparavant dans la définition de ce type de production vestimentaire.

Mots-clés: Haute couture; champ; circulation; définition; État français.

1 Introdução

A Chambre Syndicale de la Couture Parisienne (CSCP), fundada em 1910, em Paris, reunia, no formato de um sindicato patronal, pequenas, médias e algumas grandes empresas produtoras de peças de roupa sob medida da cidade. Liderada por Jacques Worth – neto de Charles Frédéric Worth, consagrado pela literatura específica de moda como pai da Alta Costura (Lipovetsky, 1991) –, a proposta do agrupamento era constituir a produção parisiense de roupas sob medida, como uma profissão autônoma, com regras e limites de atuação (Grumbach, 2017; Hénin, 1990). Segundo os termos de seus primeiros estatutos, a CSCP buscava representar o conjunto dos costureiros parisienses frente ao poder público, envolvendo-se na defesa e proteção, tanto comercial como legal, dos interesses de seus aderentes. Dentre as pautas principais estavam questões aduaneiras, conselhos jurídicos e posicionamento frente às situações de fraudes. Além disso, eles também discutiam problemas relativos à fiscalização, bem como questões econômicas diversas (CSCP, 1958).

Visando responder às necessidades de mão-de-obra especializada das *maisons* de costura sob medida, a CSCP cria, em 1927, a École de la Chambre Syndicale de la Couture Parisienne (ECSCP), escola que compreendia cursos profissionais, de promoção do trabalho, práticos e de formação acelerada (CSCP, 1952a). Paralelamente, a organização estava implicada na proteção dos trabalhadores das *maisons*, no que se refere às condições de trabalho e remuneração, tratando de temas como reivindicações das costureiras; seguridade social; salários; níveis de empregabilidade; penúria de mão-de-obra; recrutamento de aprendizes; cotizações para acidentes de trabalho; alocação de benefícios aos desempregados e afins (CSCP, 1921b, 1923, 1926, 1928a, 1930, 1932, 1937a, 1953, 1954, 1962b; Steward, 2008).

A proteção contra cópia, a competição internacional e a promoção do design de moda feitas no país, tanto dentro da França quanto fora dela, também eram pontos de atenção. No que se refere a esse último circuito, os representantes da organização avaliavam desde 1914 os parâmetros internacionais de indicadores

econômicos, sociais e diplomáticos, visando a proteção e a disseminação da costura sob medida parisiense, principalmente no espaço transatlântico. Similarmente, a defesa da França, enquanto centro internacional de moda, era uma das principais linhas de ação da CSCP (Bass-Krueger; Kurkdjian, 2019; Grumbach, 2017; Hénin, 1990).

No que se refere à composição dos membros, ainda que os aderentes fossem, em sua maioria, parisienses ou franceses, nas primeiras décadas da CSCP, não havia nenhuma regra sobre nacionalidade. Além disso, uma vez que a proposta do sindicato era reunir toda a profissão, era possível encontrar *maisons* de tamanhos e alcances bem diferentes. No ano de 1914, por exemplo, dentre seus membros havia cerca de 20 *maisons* de mais envergadura, como Worth, DoeUILlet e Chéruit; além de outras *maisons* menos conhecidas (CSCP, 1921a, 1928a; Demornex, 2007; Milleret, 2015). Nos primeiros anos da Chambre, também não havia muitos requisitos a serem cumpridos para aqueles que quisessem tornar-se membros dela. Poderia pedir adesão qualquer empresa que executasse, sob demanda da clientela, roupas sob medida para mulheres, comportando uma ou mais provas (Hénin, 1990). O aceite do pedido ocorria caso o candidato fosse apadrinhado por dois membros do comitê da CSCP (formado por costureiros e administradores de algumas *maisons*) e possuísse salões de recepção de clientes de grande porte, para desfilarem aproximadamente 400 modelos por estação (Hénin, 1990).

Enquanto iniciativa privada, a governança da CSCP era gerida por costureiros e administradores de casas que vendiam peças sob medida. A votação para a presidência da Chambre ocorria anualmente e as reeleições não apenas eram permitidas, como eram frequentes. Além da presidência, a CSCP também era composta por um comitê e algumas comissões. Os comitês eram responsáveis por debater e decidir sobre assuntos específicos da vida sindical do agrupamento, como questões de formação, participação na cotização; certificado de origem de produtos; cópias de modelos; semana do comércio exterior; entre outros (CSCP, 1921a). Já as comissões eram grupos organizados de acordo com temáticas específicas, por exemplo, salários e auxílios; aprendizagem; bailes e festas; entre outros (CSCP, 1928b).

Em resumo, a CSCP era formada por pessoas envolvidas no negócio da produção de roupas sob medida na região de Paris que visavam favorecer, proteger e estimular seus respectivos negócios e de seus pares. O sindicato foi essencial para definir, organizar e delimitar as várias dimensões que contemplavam o trabalho dos produtores de roupa sob medida na capital francesa no início do século XX. Seguindo as ideias de Pierre Bourdieu (1996; 2001b; 2022), nesta leitura, a CSCP pode ser interpretada, objetivamente, como uma instituição que reúne um corpo de saberes e *savoir-faire*, vindo de um trabalho de sistematização e codificação que representa uma competência específica. O processo de diferenciação do qual ela faz parte leva a identificar, utilizando termos do autor, a constituição de um universo mais ou menos autônomo, isto é, de um campo.

Por campo, entende-se um universo social no qual seus agentes disputam entre si a espécie particular de capital desse espaço, que é, ao mesmo tempo, seu fator da concorrência e a condição de entrada em tal disputa (Bourdieu, 2022; Bourdieu; Delsaut, 2001). Nesse campo, que reúne os produtores parisienses de roupas sob medida, a luta em voga seria pelo reconhecimento da autoridade em legislar sobre bom gosto em matéria de vestuário. Assim como em qualquer³ outro campo, as estratégias utilizadas pelos agentes desse espaço específico dependem da posição que eles ocupam nessa estrutura de lutas (Bourdieu; Delsaut, 2001). Assim, eles podem possuir um papel de dominante ou de dominado, adotando respectivamente, estratégias de conservação ou subversão na disputa.

Se é assumida a existência de um campo da produção parisiense de roupas sob medida⁴, presume-se que seus agentes, progressivamente, libertaram-se econômica, social, ética e esteticamente do comando da aristocracia e da Igreja, conquistando relativa autonomia em suas definições. Em outras palavras, que fronteiras simbólicas foram construídas e passaram a demarcar a separação deste campo em relação a outros. Sendo assim, estaria correto afirmar que o campo de

³ Pierre Bourdieu, junto de Yvette Delsaut, publicou um artigo sobre o campo da Alta Costura em 1975, no qual eles afirmam a possibilidade de encontrar homologias entre diferentes campos, como o da arte, da literatura ou da religião, por exemplo. Segundo eles, seria possível colocar questões gerais acerca das características universalmente ligadas ao funcionamento de um espaço social, além de permitir pensar analogicamente e comparativamente os campos diferentes de uma mesma sociedade ou equivalentes de sociedades diferentes.

⁴ Acreditamos que só faz sentido falar nos termos de um campo da Alta Costura após a instituição jurídica da nomenclatura, em 1945.

interesse deste artigo possui fronteiras que separam seus agentes internos daqueles que, mesmo estando em outros campos, possam eventualmente ter pretensões de legislar na esfera da produção sob medida de roupas, em nome de um poder ou de uma autoridade que não seja propriamente o desse tipo de produção. Portanto, o processo de autonomização de um campo teria como resultado a constituição de uma categoria distinta de agentes cada vez mais inclinados a seguir as definições e regras firmadas dentro deste campo, e somente as que foram firmadas neste espaço (Bourdieu, 1996).

Considerando o contínuo desenvolvimento e circulação transatlântica da Alta Costura, o presente artigo tem como objetivo pensar as redefinições da atividade no século XX, a partir da colaboração entre CSCP, o agente interno; e Estado francês, o agente externo a esse campo. Dessa forma, inspirados no que Bourdieu desenvolve, serão levadas em conta as transformações que ocorrem ao longo da constituição desse espaço de lutas, bem como a autonomização progressiva e variável de seu sistema de relações com os agentes internos e externos a esse espaço.

Para isso, o texto vai se debruçar em dois casos emblemáticos dessa colaboração entre CSCP e Estado. O primeiro deles ocorre no ano de 1945, momento em que a produção parisiense de roupas sob medida passa a ser juridicamente regulamentada, ganhando oficialmente o nome de Alta Costura (*Haute Couture*, em francês). Após descrever o contexto no qual a decisão é estabelecida e como ela funcionava, serão exploradas as consequências de tal colaboração. Observar-se-á que a decisão cria uma série de tensões na CSCP, já que nem todas as *maisons* aderentes podiam ter acesso à referida nomenclatura, mas somente aquelas que a conseguiam eram priorizadas nas ações do agrupamento. Em seguida, o caso da Aide-Textile será apresentado e analisado. Ele mostra em que medida são instaurados outros critérios para acesso ao investimento, o que diminui ainda mais a quantidade de *maisons* priorizadas pela CSCP. Isso revela uma disputa objetiva em torno da definição de Alta Costura. Ao longo das ondas de internacionalização da atividade, o Estado francês, apesar de ser um agente externo, faz valer seus interesses e a CSCP perde o monopólio do controle que exercia até então na definição desse tipo específico de roupas sob medida.

Os materiais recolhidos para a construção desta reflexão consistiram em uma seleção de arquivos da CSCP, compreendendo os anos de 1920 a 1962, assim como os livros de dois antigos presidentes da organização, Jacques Mouclier e Didier Grumbach. Todos esses materiais foram analisados qualitativa e quantitativamente.

2 Alta Costura, nomenclatura regulamentada

Apesar da CSCP ter sido fundada de maneira autônoma ao Estado francês, nota-se alguns movimentos de aproximação entre ambos na primeira metade do século XX. Um dos mais notáveis nesse sentido ocorre em 1945, momento em que, em cooperação com Ministério das Indústrias, a Alta Costura passa a ser juridicamente regulada e torna-se uma nomenclatura.

A decisão pela regulação ocorre em um contexto de crise e penúria de material no período após a Segunda Guerra. A compra de matérias-primas essenciais, como grandes metragens de tecido, exigia certas permissões e dificultava a criação e produção de peças nas *maisons* (AFP, 2015; Grumbach, 2017; Hénin, 1990; Reybaud, 2002; Veillon, 2001). Coube à CSCP fazer a mediação dessas permissões para a compra, mas dada a falta de critérios que autorizassem certas *maisons* em detrimento de outras, foi necessária a implantação de uma distinção que pudesse justificar tal escolha. Ficou então decidido que as *maisons* mais potentes comercialmente seriam autorizadas, enquanto as menores não seriam contempladas neste primeiro momento.

O aspecto da potência comercial aqui é essencial, uma vez que os índices de exportação eram um indicador de sucesso das *maisons*. O foco na venda de peças sob medida para além das fronteiras da França é, inclusive, um dos traços mais característicos do segmento. Por exemplo, em um relatório de 1895, Gaston Worth, afirma que: “Qualquer que seja o preço que o nosso próprio mercado tenha para nós, ele é e sempre será insuficiente, a venda para o exterior é o nosso principal objetivo, a principal e mais abundante fonte de lucro; Do ponto de vista econômico, ela oferece um recurso valioso” (Worth, 1893, p. 24, tradução nossa). Desde o relatório de Worth, a importância da exportação para a costura sob medida só aumentou. Já em 1910, pelo menos 50% da produção era vendida para a Inglaterra, Suíça e Argentina (Grumbach, 2017). Em 1918, a América do Norte passa a compor a maior parte da

clientela, junto da Europa (destaque para Suíça, Bélgica, Grã-Bretanha e Países Baixos) e da América do Sul (destaque para o Brasil e Argentina) (AFP, 2015; Bass-Krueger; Kurkdjian, 2019, p. 21; Deschamps, 1937; Milleret, 2015). Em 1925, o sob medida correspondia a 15% das exportações globais francesas, sendo suas vendas para fora da França o equivalente a 77 milhões de francos (Milleret, 2015; Steward, 2008). Quatro anos depois, ele atinge o 8º lugar de produtos mais exportados da França (AFP, 2015; Grumbach, 2017; Milleret, 2015). Depois disso, entre 1929 e 1935 as vendas voltadas à exportação representavam aproximadamente 3/5 das vendas da costura sob medida (Grumbach, 2017 p.43).

A feição internacional das roupas sob medida parisiense era mantida não apenas pela exportação, mas também por estratégias encabeçadas pela CSCP que estimulava sua circulação para fora da França (Milleret, 2015). A partir de 1914, a organização começa a desenvolver iniciativas para proteger a costura sob medida parisiense e incentivar sua disseminação no estrangeiro. Nessa época, ela já contava com o financiamento do governo francês para a organização de eventos focados na sua propaganda. Por isso, no contexto da 2ª Guerra, era de interesse do Estado manter em funcionamento atividades que ocorriam desde os tempos de paz (Veillon, 2001).

É considerando esse cenário em que a decisão pela regulamentação da costura sob medida é assinada em 23 de janeiro de 1945 por Pierre Mendès France (Ministro da Economia Nacional entre 1943 e 1945) e Robert Lacoste (Ministro da Produção Industrial entre 1945 e 1947). A Commission de Classement et de Contrôle, responsável por classificar ou não uma empresa enquanto *maison* de Couture ou de Couture-Création, era formada por membros da CSCP, no entanto, eles eram nomeados anualmente pelo Ministério da Indústria e do Comércio francês (CSCP, 1954). O processo funcionava da seguinte forma: as *maisons* se candidatavam e a Commission era responsável por averiguar se elas cumpriam com todas as condições necessárias para utilizar a nomenclatura. Uma vez feito isso, a lista das *maisons* aprovadas era enviada ao Ministério das Indústrias, que tinha o poder de validar (ou não) a escolha feita pela Commission. A lista das *maisons* que adquiriam o direito de utilizar a nomenclatura Alta Costura era, então, revista anualmente.

No que se refere à classificação Couture, eram definidas como tal as empresas inscritas no Registre du Commerce ou no Registre des Métiers que exerciam a atividade de criação de modelos de roupas para mulheres, jovens mulheres e meninas (i) destinadas a serem repetidas pela própria empresa; e (ii) vendidas direta ou indiretamente a clientes, empresas francesas ou estrangeiras, tendo em vista sua reprodução. Além disso, também eram consideradas as atividades de execução, sob demanda da cliente, de roupas sob medida para mulheres, jovens mulheres e meninas, que comportassem uma ou mais provas no manequim ou na própria cliente. Assim, não poderiam ser consideradas como empresas de Couture aquelas que fabricassem ou vendessem roupas em série, nem que executassem peças de roupas para *maisons* de confecção feminina.

Dentre as empresas classificadas como Couture, havia dois grupos: o Couture e o Couture-Création. A diferença entre uma e outra é, basicamente, que as empresas do segundo grupo eram qualificadas como criadoras, e obedeciam a outro regulamento que saiu meses depois, em 6 de abril de 1945. Segundo ele, as *maisons* de Couture-Création deveriam estar inscritas no Registre du Commerce ou no Registre des Métiers, além de atender às seguintes condições: (i) ter um mínimo de duas apresentações por ano de modelos originais criados na empresa, reproduzidos segundo as medidas da cliente, tendo havido pelo menos uma prova; não seriam levados em conta trabalhos em série, mas os modelos podiam ser vendidos direta ou indiretamente às empresas francesas ou estrangeiras; (ii) justificar o processo da criação dos modelos apresentados e proibir a compra de qualquer modelo fora da empresa; (iii) ser avaliado por uma Commission de Classement et de Contrôle criado pela CSCP, que poderia ou não comportar profissionais de outras organizações de competência reconhecida. Por fim, a lista das empresas que respeitassem tais condições seria enviada ao Ministro da Produção Industrial, que aprovaria ou não a decisão. Tal lista seria revista pelo menos uma vez por ano.

As empresas classificadas no grupo Couture deveriam utilizar as denominações Artisan Maître Couturier, Couture ou Couturière em suas respectivas razões sociais, símbolos, *griffes*, papéis comerciais, atos administrativos ou civis, e em qualquer forma de publicação. Já as empresas classificadas no grupo Couture-Création tinham direito às denominações Couturier, Haute Couture ou Couture-

Création, sendo obrigados a utilizar a denominação Couture-Création em suas respectivas razões sociais, símbolos, *griffes*, papéis comerciais, atos administrativos ou civis, e em qualquer forma de publicação. Excepcionalmente, com o acordo do Commissaire, poderiam ser autorizadas a utilizar as denominações Couturier e Haute Couture as empresas que não fizessem parte do grupo Couture-Création, mas que apresentassem a seus clientes, em modelos vivos, todas as estações, uma coleção de ao menos 25 modelos novos.

2.1 Tensões e hierarquias internas

O estabelecimento da regulamentação jurídica da nomenclatura Alta Costura cria uma série de tensões na CSCP. Primeiramente, vale dizer que as regras estabelecidas pelo regulamento de 1945 eram bastante ousadas para a época, já que era praticamente impossível abrir uma *maison* que respeitasse, imediatamente, todos esses pré-requisitos (AFP, 2015; Reybaud, 2002). O fato é admitido pela própria comissão de classificação da CSCP, que afirma que “A classificação às vezes é difícil devido ao desenvolvimento comercial de certas empresas” (CSCP, 1958, tradução nossa). A quantidade de critérios a cumprir fez com que houvesse, de um lado, certas *maisons* que decidissem retirar sua candidatura à classificação, como ocorreu com Hermès em 1955 (CSCP, 1955a); por outro, que representantes de certas *maisons* fizessem uma série de críticas⁵ tanto à CSCP, quanto ao governo. Confrontada por essas críticas, a CSCP afirmava que também gostaria de modificar a legislação antiga, no entanto ela continha “(...) as obrigações destinadas a manter as boas tradições da profissão” (CSCP, 1959a, tradução nossa).

Junto das críticas às regras e procedimentos de classificação, a regulamentação jurídica da nomenclatura Alta Costura também trouxe outra questão para os membros da CSCP: as hierarquias internas. Para compreender a origem do

⁵ Em 1954, por exemplo, Marthe Fargette, representante de sua *maison* homônima, envia uma carta ao Ministério da Indústria e do Comércio francês, afirmando que sua classificação, assim como de várias outras *maisons*, não havia sido renovada. Ela atribui isso ao fato de o regimento da classificação ser completamente arbitrário e um atentado à liberdade profissional. Para Fargette, era injusto que regras estabelecidas em 1945 fossem levadas em conta depois de 10 anos, principalmente porque as *maisons* do tipo pré-guerra quase não existiam mais. Ela considerava inadmissível que essas mesmas regras continuassem dadas às atuais condições de exploração das *maisons* de costura sob medida. Portanto, em sua opinião, o governo deveria renunciar aos métodos antigos e adotar outros para um melhor rendimento (FARGETTE, 1954).

conflito, é preciso ter em mente que, nas primeiras décadas do sindicato, seus representantes acreditavam que o impacto da CSCP em nível nacional e internacional seria diretamente proporcional à quantidade de aderentes (Bass-Krueger; Kurkdjian, 2019; CSCP, 1937b, 1939; Milleret, 2015; Steward, 2008). Não à toa, entre 1910 e 1930, é comemorado o aumento progressivo de membros. O plano de dar continuidade ao aumento de aderentes continuou por um tempo, bem como a proposta de manter direitos e benefícios iguais a todas as *maisons* participantes do sindicato, independentemente de seu tamanho. Nesse sentido, em 1937, ao tomar posse da presidência da CSCP, Lucien Lelong coloca como parte de seu projeto de mandato um plano de ação que não fazia distinção entre as *maisons* pequenas, médias ou grandes: “Consideremos como definitivamente adquirido que cada *maison*, qualquer que seja a sua importância, contém de fato e em potencial, um princípio de criação cujo desenvolvimento industrial mais ou menos grande sancionará o sucesso ou a qualidade” (Lelong, 1937, tradução nossa). Essa mesma ideia é repetida inúmeras vezes ao longo de seu período na presidência (CSCP, 1938).

Apesar disso, com a regulamentação jurídica da nomenclatura Alta Costura, o estabelecimento de hierarquias internas entre as *maisons* aderentes da CSCP foi inevitável. Conforme consta na Tabela 1, as *maisons* classificadas correspondiam a apenas uma pequena fração dos aderentes⁶, em média 6% do total. Apesar da pouca quantidade, elas não só tinham acesso a certos benefícios particulares na organização, como eram objeto de maior tempo de discussão ao longo das reuniões da CSCP, problema que era notado pelos outros aderentes. Em uma das Assembleias Gerais, por exemplo, após um longo tempo de exposição de Jacques Heim (presidente do sindicato entre 1958 e 1962) a respeito das questões envolvendo as *maisons* classificadas, os representantes de pequenos e médios negócios tomam a palavra e criticam a organização. Eles afirmam que os diferentes relatórios narrados na ocasião levavam a entender que a ação sindical visava, sobretudo, as *maisons* maiores, mas que as outras *maisons* deveriam também contar com a ajuda da CSCP, principalmente em nível de publicidade; que os costureiros que também trabalhavam com peças de difusão se sentiam isolados; e que certas *maisons* não foram chamadas

⁶ Os arquivos relevam que o número de aderentes varia ao longo do próprio ano de referência, ou seja, ele pode começar com uma quantidade X e terminar com uma quantidade Y, que pode ser maior ou menor que X.

para as manifestações promovidas pela CSCP fora da França (CSCP, 1960b). Nas palavras de Fargette (1954), a impressão era de que essa classificação estava colocando membros da profissão uns contra os outros.

Tabela 1 - Aderentes totais, membros Couture-Création e Haute Couture (1947-1961).

Ano	Aderentes totais	Couture-Création	Haute Couture
1952	961	60	-
1953	873	59	-
1954	765	48	-
1955	728	52	-
1956	690	45	-
1957	662	38	36
1958	616	36	36
1959	584	33	22
1960	557	34	25
1961	533	32	-
1962	485	32	-

Fonte: elaborada pela autora com base em (Commission de Classement Couture-Création, 1954; CSCP, 1952b, 1953, 1954, 1955a, 1955b, 1956, 1958, 1959b, 1959a, 1962b, 1963a, 1995; Grumbach, 2017; Ministère de L'Industrie et du Commerce, 1945; Molli, 1963).

A resposta de Heim, ao menos na ocasião mencionada, não apresentou soluções práticas para as reclamações. Em realidade, o discurso de que a proposta da CSCP era a de se dedicar igualmente a todas as *maisons*, continuou sendo mobilizado, ainda que ele não correspondesse à realidade. Nesse contexto de tensão interna, os representantes da organização afirmavam que a CSCP se preocupava com as necessidades da profissão como um todo, em abrir espaço às *maisons* menores e, sobretudo, que as *maisons* aderentes, independentemente do tamanho, formavam um ecossistema de dependência mútua (CSCP, 1954). Esse mesmo discurso pode ser visto nos *flyers* de divulgação que promoviam a adesão à Chambre, onde se lê que a CSCP é o único sindicato da profissão em questão que agrupa as *maisons* de costura sob medida, sejam elas grandes, médias ou pequenas. Nos termos do documento, o objetivo era representar do “artesão ao costureiro de renome internacional” (CSCP, 1955c).

Assim, se na visão de Milleret (2015), a partir de 1945 a Chambre passa a ter um papel de federadora em relação às suas *maisons*, os dados demonstram que

não era em relação a *todas* elas. Ainda que a proposta da nomenclatura Alta Costura tenha sido implementada devido a uma questão econômica⁷, as consequências simbólicas dessa decisão levaram a uma mudança de priorização dos membros da CSCP. Foram selecionadas para a nomenclatura somente as *maisons* mais potentes comercialmente para o mercado internacional e, conseqüentemente, as que tivessem mais investimentos. Enquanto essas últimas conseguiam circular fora das fronteiras da França e foram se mantendo ativas ao longo do tempo, outras se dissiparam com o passar dos anos. A comparação da quantidade de aderentes totais da Tabela 1 com aquelas da Tabela 2, por exemplo, é reveladora: ela mostra que a CSCP perde mais de 70% de seus membros em uma década e meia.

Tabela 2 - Aderentes totais por ano (1947-1951).

Ano	Aderentes totais
1947	1700
1948	1760
1949	1316
1950	1075
1951	1000

Fonte: elaborada pela autora com base em (CSCP, 1960a; Dubé-Sénécal, 2021).

Portanto, se em suas primeiras décadas, a CSCP representava todo o conjunto de produtores de roupa sob medida em Paris, com a regulamentação jurídica da nomenclatura Alta Costura, ela passa a priorizar um nicho restrito de tais produtores nas ações do grupo, ainda que o discurso oficial não admitisse isso.

3 O Estado francês entra novamente no jogo

Como nos mostra Dubé-Sénécal (2021), no pós-guerra três elementos impactam negativamente a atividade da Alta Costura. O primeiro é o desenvolvimento de técnicas de produção industrial, que melhoram a qualidade da produção e facilitam o acesso a modelos criados sob medida. O segundo é o crescimento dos Estados Unidos, já que além do sistema de produção de massa, o país tinha um grande

⁷ Vale ressaltar que o emprego abusivo da nomenclatura por *maisons* que não haviam sido classificadas como tal também era um problema constatado pela CSCP (CSCP, 1952b, 1956, 1995).

mercado consumidor. Isso se relaciona com o terceiro elemento, a saber, que as demandas em relação à indústria de vestuário estavam pendendo mais para o consumo de massa do que de peças feitas sob medida.

Destarte, no início da década de 1950, a Alta Costura atravessa um período difícil e a mencionada queda no número de aderentes é uma das provas disso. As dificuldades financeiras, que também foram causadas pela diminuição das cotizações arrecadadas de seus membros, obrigam a CSCP a reorientar sua estratégia, aplicando uma política de austeridade e sacrificando, por consequência, certos serviços. Por exemplo, ela para de organizar propostas de apresentações [*manifestations*] de suas *maisons* na França e no exterior, e passa a esperar convite de terceiros para fazê-la (Dubé-Senécal, 2021). Ainda, uma vez que a proteção à propriedade artística e os serviços relativos à mídia (como organização de calendários de desfiles e de listas de imprensa) eram considerados essenciais, decidiu-se por abdicar do serviço de propaganda [*propagande*], que consistia, em termos gerais, na difusão de informações, a fim de melhorar tanto sua imagem de marca, quanto suas perspectivas comerciais.

Face à ausência de meios financeiros, a CSCP decide fazer um pedido de subvenção ao Estado francês, mas o processo de negociação não foi fácil. Apesar das anteriores colaborações entre tais agentes, havia uma grande distância entre as expectativas dos serviços da expansão econômica da França e os interesses da CSCP. Acontece que, em meados de 1951, a indústria têxtil francesa, até então um dos braços mais fortes da economia do país, também vivia uma situação de crise, e isso sim preocupava os poderes públicos (Dubé-Senécal, 2021). Foi com o interesse do governo em elaborar um projeto a favor dos exportadores têxteis franceses, que uma das propostas da CSCP acaba sendo aceita. Em outras palavras, houve uma combinação de interesses que, apesar de distintos, de alguma forma se complementaram: os representantes da indústria têxtil, apesar das desavenças com os representantes da CSCP, acreditavam na potência da Alta Costura; o que por sua vez não acontecia por parte do governo francês.

O ano de 1952 marca o começo do período da Aide à la Couture-Création Parisienne, que vai durar 8 anos. As modalidades de repartição dos fundos foram determinadas por uma comissão composta por representantes de todas as

ramificações da Union Textile, além de membros da Alta Costura designados pelo comitê da CSCP (CSCP, 1953). Nesse projeto, os costureiros do sindicato recebiam uma subvenção do governo para comprarem tecidos franceses para suas criações, com o objetivo de fazer de sua produção sob medida um instrumento de promoção do comércio exterior do têxtil. Dessa forma, os costureiros economizavam e os industriais têxteis franceses vendiam mais tecidos. Dado que o objetivo primário da Aide era fazer do têxtil a primeira indústria exportadora da França, a partir de 1953, tanto os representantes do setor, quanto o Estado passaram a exigir ações concretas da CSCP no que se refere a propagandas de prestígio e a propagandas comerciais (Dubé-Denécal, 2021 p.163). Assim, a partir de 1954, em meio à lenta retirada da indústria têxtil do acordo, foi criado um serviço específico para tal fim na CSCP, que ficaria sob a autoridade da Comissão da Aide (CSCP, 1954; Dubé-Denécal, 2021). Em 1955, houve um movimento de reflexão sobre a melhor maneira de abordar certos mercados específicos, como o americano; uma multiplicação de suas ações visando à circulação midiática⁸; e a organização de várias manifestações fora da França (CSCP, 1995).

Em 1958, o plano de propaganda focou ainda mais na circulação transatlântica, através de algumas ações específicas. Ele buscou uma reorganização e reforço dos serviços de imprensa-propaganda [*presse-propagande*]; liderou a criação de um escritório permanente da CSCP em Nova Iorque; realizou ações de propaganda comercial no mercado americano; encabeçou a criação de um serviço especializado de imprensa para a venda e difusão de documentos de moda, bem como seu controle; se envolveu na participação de feiras francesas e manifestações da costura sob medida em vários países; e incitou a extensão das atividades do serviço de propriedade artística.

Em 1960, com a retirada dos serviços de imprensa-propaganda do Plan d'Aide à la Couture e o fim da Aide em 1961, Heim decidiu mobilizar fundos de um orçamento especial não renovável, já que naquele ponto renunciar ao serviço de propaganda da Alta Costura não era mais uma opção (CSCP, 1962b). O fim da Aide,

⁸ A multiplicação das ações de propaganda da Couture que consistiam, pelo menos em parte, na intensificação da difusão de suas imagens na mídia, tem um efeito que, ironicamente, remete a um problema que a organização enfrenta desde sua primeira versão, em 1868: a cópia. Para mais informações, ver (Grumbach, 2017; Kurkdjian; Bass-Krueger, 2017; Pouillard, 2021; Steward, 2008).

nessa mesma década, fez o agrupamento sentir toda a importância dos agentes políticos que mobilizavam a influência da moda francesa para assegurar uma difusão [*rayonnement*] do país no espaço transatlântico, e uma presença da França nos mercados até então difíceis de penetrar. Nesse contexto, enquanto os costureiros passaram a priorizar seus interesses comerciais imediatos em detrimento da propaganda, o Estado, por outro lado, continuou interessado em subvencionar a propaganda de prestígio.

3.1 Novos critérios de entrada

A Aide-Textile se revela como uma ação complementar ao estabelecimento jurídico da nomenclatura de 1945. Afinal, o primeiro requisito para uma *maison* ter direito ao auxílio em questão era possuir a classificação Couture-Création, que representava em média 6% de todos os aderentes da CSCP (Tabela 1). O acesso à Aide, no entanto, tinha ainda outros critérios. Para além da nomenclatura, era necessário que essas *maisons* apresentassem um número específico de coleções e respondessem a certas obrigações impostas pelo regulamento próprio do auxílio (CSCP, 1953), o que diminuía ainda mais o número de membros que tinham direito a ele. Por exemplo, no início da implantação da Aide, em 1952 – época em que a CSCP contava com 961 aderentes e 60 *maisons* classificadas como Couture-Création –, eram 45 as *maisons* beneficiárias do auxílio. Isso representava 4,6% em relação aos aderentes, e 75% em relação às *maisons* classificadas Couture-Création.

Talvez, a quantidade de barreiras colocadas para o acesso à Aide possa ser um dos motivos para explicar a constante preocupação da CSCP em esclarecer que, apesar da baixa quantidade de *maisons* beneficiadas, tal ajuda não era especialmente destinada somente àquelas maiores. De fato, os arquivos revelam que havia uma distribuição relativamente equilibrada do benefício entre as casas de vários tamanhos (CSCP, 1952b, 1954, 1956, 1959c, 1960b). No entanto, eles também informam que, dentre as *maisons* não contempladas pela Aide, houve algumas que desapareceram por dificuldades financeiras em 1953. No ano seguinte, com a subvenção já reduzida, a situação se repete: 9 *maisons* que empregavam 575 funcionárias foram fechadas (CSCP, 1954). Não à toa, o número de aderentes

também despenca ao longo do período em que a Aide estava ativa, como se pode ver nas Tabela 1 e Tabela 2. Nesse sentido, a demissão de aderentes também é atribuída a fatores ligados a dificuldades financeiras. Por exemplo, a lista de demissões de 1961 cita como causas a venda da *maison*; cessão de atividade; falta de costureiras; fechamento dos ateliês; renúncia à produção sob medida; e inadimplência da cotização da CSCP (CSCP, 1960a). O alto custo para se fazer uma coleção de peças sob medida também era constantemente discutido nas Assembleias da CSCP da época, onde se reafirmava a impossibilidade de cobri-los. Em uma reunião da CSCP de 1956, lê-se em sua ata que “sem a Aide, a Alta Costura parisiense estava perigosamente ameaçada” (CSCP, 1956, tradução nossa).

Então, tal apoio financeiro se mostrava indispensável não só para a circulação e propaganda coletiva da atividade, mas, principalmente, para a criação, manutenção da quantidade e qualidade dos modelos feitos sob medida (CSCP, 1959a). E se já era difícil uma *maison* que detinha a nomenclatura dar seguimento ao seu negócio, para aquelas que não o tinha, os desafios eram ainda maiores.

Ainda assim, os dirigentes da CSCP sublinhavam que o agrupamento era cada vez mais reconhecido naquela época. É o que mostra o trecho abaixo, retirado de uma reunião da comissão responsável pela verificação da contabilidade da CSCP em 1962:

Apesar da redução geral no número dos nossos membros, fiquei feliz em receber novos membros na nossa comunidade, cujas criações beneficiaram imediatamente de publicidade generosa. Entre elas, uma *maison* italiana que anuncia a chegada de compatriotas que se instalarão em Paris. Isto confirma a primazia da nossa Capital como Centro Internacional da Moda (CSCP, 1962a, tradução nossa).

Em uma outra reunião, também de 1962, após a ata constatar a baixa de aderentes, afirma-se que, apesar disso, a CSCP “(...) mantém toda a sua influência. De todos os lados, franceses e estrangeiros contactam-na constantemente, seja para se informar, seja para fazer contato” (CSCP, 1963b, tradução nossa). Nota-se, portanto, movimentos em proporções contrárias. Isto é, apesar da CSCP representar cada vez menos *maisons*, por conta dos progressivos critérios de seleção existentes desde 1945, mais o sindicato foi sendo reconhecido para além das fronteiras da França.

4 Definição da Alta Costura em disputa

Os casos apresentados anteriormente revelam que as colaborações entre CSCP e Estado francês foram pautadas pelas ondas de internacionalização pelas quais o segmento passa ao longo da segunda metade do século XX. Eles também demonstram a existência de um ciclo que se retroalimenta, de um projeto contínuo de seleção de *maisons* com alta capacidade de comercialização para além das fronteiras da França e exclusão daquelas que não o eram. Esse ciclo se inicia em 1945, com a instituição jurídica da nomenclatura Alta Costura, e ao passo que os produtos derivados dela extrapolam as fronteiras nacionais, o Estado francês nota que ela pode ser utilizada como instrumento de influência, dado o potencial de difusão de uma imagem prestigiosa associada diretamente ao país (Kurkdjian, 2019). Como Dubé-Sénécal (2021) demonstra, foi através de recursos governamentais que foi cada vez mais explorada a dimensão simbólica da Alta Costura, ainda que, como visto, a quantidade de *maisons* representadas pelo sindicato oficial do segmento tenha sido cada vez menor.

Mas se a circulação da qualidade francesa e da imagem do país através dos modelos criados por algumas poucas *maisons* de Couture-Création parisiense torna-se interesse do Estado, isso tem um preço para a CSCP. Ora, em suas primeiras décadas, o sindicato detinha total controle de tudo que dizia respeito à Alta Costura. O próprio contexto de fundação da CSCP em 1910 demonstra isso: anteriormente reunidos em uma organização sindical que representava produtores de vários segmentos de roupa⁹, os costureiros se movimentaram para criar uma organização dedicada somente à roupa sob medida (Kurkdjian, 2019). Como foi visto, a partir desse momento, a CSCP assume o papel de representação geral dos costureiros parisienses frente ao poder público, assim como às questões legais, aduaneiras, de fiscalização, mão-de-obra, cópia, competição internacional e até mesmo a formação. Para utilizar termos bourdieusianos, uma vez que colaborou com a fundação dos parâmetros da Alta Costura, pode-se afirmar que a CSCP detinha a autoridade de definição da atividade, bem como suas regras e seus limites. Ela detinha um grande

⁹ A Chambre Syndicale de la Couture et de la Confection pour Dames et Fillettes, de 1868.

volume de capital específico daquele campo, portanto, impunha a lógica do jogo, que por sua vez era favorável a seus interesses.

Contudo, conforme o segmento se expande e se internacionaliza, a CSCP passa a depender cada vez mais de outros agentes, inclusive externos ao campo, que também agem conforme interesses próprios. As colaborações citadas com o Estado francês demonstram que a autoridade de definição da Alta Costura começa a passar também pelos dirigentes do país, que se interessam igualmente por colocar seus critérios em tal definição. Isso fica claro primeiramente em 1945, quando o limite dinâmico do campo da Alta Costura é, em termos bourdieusianos, parcialmente convertido em uma fronteira jurídica, protegida por um direito de entrada explicitamente codificado e por medidas de exclusão; e depois em 1950 e 1960, com os auxílios financeiros do Estado, que limitam ainda mais as condições de permanência das *maisons* em tal campo. Essas colaborações redefinem o que era entendido como Alta Costura, ao passo que colocam certas qualificações (como tamanho do negócio, índices de exportação, formas de exposição e circulação, entre outros) como centrais, e excluindo as *maisons* que não agrupam tais características do negócio, e conseqüentemente da própria CSCP.

Essa redefinição revela informações sobre o grau de autonomia deste espaço, que segundo Bourdieu (1996), pode ser medido através do efeito de refração que a lógica do campo impõe, ou seja, a partir do poder que o campo detém de “definir as normas de sua produção, os critérios de avaliação de seus produtos e, portanto, para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento” (Bourdieu, 2009, p.106). A análise do grau de autonomia também precisa levar em conta a capacidade do referido espaço “funcionar como um mercado específico, gerador de um tipo de raridade e de valor irredutíveis à raridade e ao valor econômico dos bens em questão, qual seja a raridade e o valor propriamente culturais” (Bourdieu, 2009, p.109).

Dessa forma, quanto mais um campo conseguir funcionar como uma “arena fechada”, mais “(...) os princípios segundo os quais se realizam as demarcações internas aparecem como irredutíveis a todos os princípios externos de divisão (...), bem como às tomadas de posição políticas” (Bourdieu, 2009, p.106). Por fim, Bourdieu (Bourdieu, 1996) também esclarece que, tanto o grau de autonomia do campo, quanto

o estado das relações de força que nele se instauram, variam consideravelmente segundo as épocas, sendo proporcional ao capital simbólico acumulado no decorrer do tempo. É em nome desse capital coletivo que os produtores culturais se sentem no direito (ou dever) de ignorar as exigências dos poderes temporais ou as combater, ao invocar contra elas seus princípios e normas próprias. É por isso que em um campo autônomo, a entrada e influência de agentes externos ocorrem segundo certas regras. Normalmente, é necessário um mínimo de capital específico para se entrar em tal espaço, já que cada um deles é lugar de uma racionalidade e formas específicas de interesses (Bourdieu, 2022).

Contudo, há outro caso em que é possível uma entrada e influência de agentes externos em certos campos, e é ele que parece melhor contribuir para a análise da colaboração entre CSCP e Estado francês: trata-se do que Bourdieu chama de tirania, em outras palavras, a intrusão de poderes associados a um campo específico no funcionamento de outro campo. É o desejo de dominação universal e fora de sua ordem, de querer ter por uma via o que só se pode ter por outra (Bourdieu, 2001a).

Tal participação funciona exatamente na medida em que a força do Estado não aparece como arbitrária ou sem justificação. Pelo contrário, ela logra obter o reconhecimento do “desconhecimento do arbitrário de seu princípio” (Bourdieu, 2001a, p.127). Um dos exemplos que o autor dá, fala exatamente da intervenção do poder político ou econômico em campos que nada têm a ver com eles, como o científico ou o literário. Nesse sentido, essa pode ser uma forma de interpretar a participação crescente do Estado francês na Alta Costura em meados do século XX, e as conseqüentes redefinições dos parâmetros da atividade.

5 Alta Costura no final do século XX

Apesar do atravessamento do Estado francês no funcionamento do campo da Alta Costura, e da conseqüente diminuição de *maisons* beneficiadas, o fato de um agente externo adquirir autoridade na definição das regras do segmento, definitivamente não foi, nesse caso, algo totalmente prejudicial. Se a colaboração com o Estado foi decisiva para alçar a CSCP e a Alta Costura em diferentes circuitos na

primeira metade do século XX, nas últimas décadas do período isso continuou a acontecer de maneira intensa.

Nos anos 1970, isso ocorre mais modestamente, através de outros programas de financiamento, relacionando a Alta Costura e a indústria têxtil (Milleret, 2015); e na década de 1980, de maneira mais potente, como um incentivo à moda e às outras áreas culturais pelo Estado. Nesse sentido, a eleição de François Mitterand à presidência da França em 1981, com Jack Lang assumindo o Ministério da Cultura, marca uma era de intenso apoio político a uma nova geração de nomes que se dedicavam tanto à Alta Costura e a outras formas de se produzir moda, fazendo com que a década ficasse conhecida pela efervescência das várias indústrias criativas e culturais francesas. Lang acreditava que a moda fazia parte do patrimônio nacional, portanto ela seria responsabilidade também das autoridades públicas. Como demonstração desse apoio, em 1984 Mitterand anuncia medidas para estimular o setor, como a criação de um museu de moda, o atual MAD; a criação de um instituto de ensino, o Institut Français de la Mode; e a disponibilização da Cour Carrée e a Cour Napoléon do Museu do Louvre para a realização de desfiles (Mouclier, 2004, p.61).

Em 1985, com o suporte do Ministério da Cultura e da Comunicação, a CSCP cria o evento Oscars de la Mode. Realizado na Opéra de Paris e construído como um grande show no estilo estadunidense, o objetivo era promover e recompensar a criação de Alta Costura no Hexágono, ao mesmo tempo que se exibia ao público as referências desse universo. Para isso, a organização convidou em torno de 2.000 pessoas, dentre agentes da moda e celebridades internacionais (Mouclier, 2004). Tais medidas, para Jacques Mouclier, presidente da CSCP entre 1991 e 1998, fez com que a Alta Costura se inscrevesse cada vez mais em um contexto institucional, que a deixava com mais credibilidade e mais visível fora da França (Mouclier, 2004, p.p.179-185).

Os anos seguintes também foram marcados pelo apoio do Estado. Em 1988, houve a criação das Journées de la Mode. Com o slogan “Très mode, très France” (em tradução livre, “muito na moda, muito França”), a proposta da operação era fazer uma promoção nacional (e não “parisianista”) da moda -- ainda que Mouclier e outros representantes da CSCP liderassem o projeto (Piganeau, 1988). Em 1998, com o apoio de Bergé, do Ministério da Cultura e do Comité de Développement et de

Promotion de l'Habillement (DÉFI), foi criada a Association Nationale pour le Développement des Arts de la Mode (ANDAM), que buscava promover o dinamismo da cena francesa da moda no plano nacional e internacional.

Ao final do século XX, é notável que a Alta Costura adquire um alcance global. Ela é oficialmente reconhecida como parte do patrimônio francês; as exposições e museus dedicados a ela se multiplicam; sua especificidade nacional e seu *savoir-faire* são destacados; o trabalho de seus artesões e funcionários é reconhecido. Além disso, as mídias reproduzem suas imagens; os desfiles são cobertos por representantes de jornais e revistas de vários países; e a paisagem de Paris vai sendo absorvida na identidade visual de *maisons*. Assim, não é exagero afirmar que se a francesidade da Alta Costura é hoje um aspecto de distinção, parte da explicação está nas colaborações da CSCP com o Estado francês.

Entretanto, ao passo que a atividade em si foi estimulada ao longo dessas cooperações, é importante ressaltar que houve cada vez mais restrições e critérios de entrada e permanência para as *maisons*. Assim, se o alcance do sindicato e do segmento se ampliou, o movimento contrário continuou acontecendo em relação aos aderentes. A diminuição de mais de 90% dos membros da CSCP nas últimas décadas (Tabela 3), em relação à quantidade de membros de 1970 (Tabela 1) é reveladora nesse sentido.

Tabela 3 - Aderentes totais por ano (1970-2022).

Ano	Aderentes totais
1970	25
1982	23
1992	21
2002	12
2022	29

Fonte: elaborada pela autora com base em (FHCM, 2023; Lecompte-Boinet, 1992; Legrand, 2017; Milleret, 2015; Morris, 1992; Van Der Post, 1982; WWD, 2002).

Isso demonstra uma distância enorme entre as *maisons* que motivaram a fundação do sindicato e àquelas que compõem o segmento a partir da segunda metade do século XX – e conseqüentemente -, o que se entende por Alta Costura. Ainda que a proposta de Lelong entre os anos 1930 e 1940 tenha sido a de reunir

maisons de vários tamanhos, crente nos princípios de criação existentes em cada uma delas, ao final do século XX, a CSCP representava apenas as casas que produziam um tipo específico de roupas sob medida, que circulavam internacionalmente e detinham altas quantias de capital econômico investido. Não à toa, atualmente, o termo não faz mais referência à *maisons* como Vionnet, Paquin e Lanvin, mas sim à Chanel e Dior, por exemplo.

6 Notas de conclusão

A partir da fundação da CSCP, observa-se a formação de um campo, isto é, de uma rede de relações objetivas entre posições, com uma estrutura da distribuição de um capital específico em estado objetivado ou incorporado (Bourdieu, 2022). O sindicato aparece como um agente que detém grande poder nas dinâmicas do espaço em questão, e enquanto é independente do Estado francês, cria suas definições de maneira autônoma, seguindo seus próprios interesses. Mas, na medida em que o Estado aparece como um agente que, apesar de externo, exerce poder na organização por conta de seu capital simbólico e econômico, parte substancial dos aderentes da CSCP deixa de ser priorizada, o que gera hierarquias, conflitos e questionamentos internos. Se no final da década de 1950, já é perceptível que os números dos aderentes da organização caíram muito, em meados de 1973, com a incorporação da CSCP à Fédération Française de la Couture, du Prêt-à-Porter des Couturiers et des Créateurs de Mode, eles diminuem ainda mais. Com a criação de novas categorias de membros, as atualizações dos estatutos da Alta Costura em 2001 e a substituição da menção à *couture* por *haute couture* do nome da organização¹⁰, as *maisons* que formavam o ecossistema de dependência mútua que Barbas menciona (CSCP, 1954), de fato, desaparecem do sindicato. Novas qualificações passam a ser exigidas para além da criatividade.

É interessante vincular esses acontecimentos ao próprio alcance da Alta Costura e à operação da CSCP. Se em 1910, o organismo buscava inserir a atividade

¹⁰ Em 2001, a organização passa por mais uma mudança de nome, de *Chambre Syndicale de la Couture Parisienne* à *Chambre Syndicale de la Haute Couture*.

em circuitos internacionais, na década de 1950, as trocas no espaço atlântico estão consolidadas e nas últimas décadas do século XX, elas se expandem ainda mais. Nesse contexto, outros agentes externos ao campo aparecem e impactam a atividade da Alta Costura, tanto em termos de definição como de circulação. No presente artigo, tratou-se especificamente do caso do Estado francês, contudo, seria possível falar também de um contexto global, no qual a situação muda com a emergência de empresários dos grandes grupos de luxo, que hoje ocupam os cargos de gestão da própria CSCP. A quantidade de capital econômico e simbólico que eles detêm, fez com que o Estado francês perdesse espaço nas tomadas de decisão a respeito da atividade, ainda que ele continue detendo certos privilégios por conta da nomenclatura instituída em 1945. Considerando que é a lógica do campo e a força do capital concentrado que impõe relações de forças favoráveis aos interesses dos dominantes, sendo esses últimos capazes de transformar as relações de força em regras do jogo de aparência universal (Bourdieu, 2001b), o caso da atuação dos empresários de conglomerados de luxo na CSCP aparece como uma agenda de pesquisa interessante a se seguir.

Olhar para as disputas que surgem da interação da CSCP com outros agentes externos ao campo é passo fundamental para compreender de que maneira a Alta Costura foi sendo redefinida e mantida, mesmo em um contexto em que as roupas feitas sob medida já não eram tão relevantes comercialmente. Esses casos também deixam claro que se por um lado a CSCP permanece sendo a organização que centraliza a maioria das ações em relação à Alta Costura, por outro, ela não o faz sozinha e de maneira completamente autônoma. As disputas pela definição da atividade que se analisou sob a luz da colaboração do Estado, bem como aquela brevemente mencionada acima, revelam as lutas simbólicas pela imposição da visão legítima do campo da Alta Costura e as contínuas transformações de tal espaço. Isso significa dizer que, com a colaboração do Estado, os limites do campo da Alta Costura também entram em jogo, afinal, eles não são fixos, evoluem no tempo, são reavaliados e podem, eventualmente, até mesmo desaparecer (Martin, 2022).

A presente contribuição buscou revelar, a partir de um dos vários conflitos de definição que ocorre ao longo da passagem da produção parisiense de roupa feita sob medida à Alta Costura, que há uma seleção das qualificações que deveriam

permanecer e outras que precisariam ser excluídos da definição do segmento. A opção por manutenção ou exclusão de qualificações, por sua vez, depende dos interesses em jogo e, se objetivamente influenciam as fronteiras, formas de entrada e hierarquias do campo da Alta Costura, na prática se distanciam cada vez mais dos valores que motivaram a formação da CSCP¹¹.

Referências

AFP. La “haute couture”, vitrine de prestige pour une marque de mode. **AFP**, 24 jan. 2015.

BASS-KRUEGER, M.; KURKDJIAN, S. (EDS.). **French fashion, women & the First World War**. New York: Bard Graduate Center, 2019.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.

BOURDIEU, P. **Contre-feux, tome 2**. Paris: Raisons d’agir, 2001b.

¹¹ REVISÃO GRAMATICAL por Cinthia Maria Ramazzini Remaeh, formada em Letras pela Universidade Sagrado Coração em 1986. E-mail: cramazziniremaeh@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7515816909401185>.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, Estudos 20, 2009.

BOURDIEU, P. **Microcosmes: Théorie des champs**. 1er édition ed. Paris: Liber/Raisons d'agir, 2022.

BOURDIEU, P.; DELSAUT, Y. O costureiro e sua griffe: contribuição para uma teoria da magia. **Educação em Revista**, v. n°34, p. 7–66, 2001.

COMMISSION DE CLASSEMENT COUTURE-CRÉATION. **Procès-verbal de la Réunion Commission de Classement Couture-Création pour 1954**. , 22 mar. 1954.

CSCP. **Séance du Comité du 5 juillet 1921**. , juillet 1921a.

CSCP. **Séance du Comité du 13 septembre 1921**. , 13 set. 1921b.

CSCP. **Assemblées Plénières des 4 et 6 avril 1923**. , 4 abr. 1923.

CSCP. **Assemblée Plénière du 27 juillet 1926**. , 27 jul. 1926.

CSCP. **Séance du Comité du 8 mars 1928**. , 8 mar. 1928a.

CSCP. **Séance du Comité du mercredi 20 juin 1928**. , 20 jun. 1928b.

CSCP. **Séance du Comité du 5 mars 1930**. , 5 mar. 1930.

CSCP. **Réunion du Comité du vendredi 22 janvier 1932**. , 1932.

CSCP. **Procès-verbal de la réunion du Comité du 16 juillet 1937**. , juillet 1937a.

CSCP. **Procès-verbal de l'Assemblée générale statutaire du 08 juillet 1937**. , 8 jul. 1937b.

CSCP. **Procès-verbal de l'Assemblée Générale Statutaire du mercredi 30 mars 1938**. , 1938.

CSCP. **Procès-verbal de l'Assemblée générale statutaire du 15 mars 1939**. , 15 mar. 1939.

CSCP. **Exercice civil 1952 - Écoles de la Chambre Syndicale de la Couture Parisienne**. , 1952a.

CSCP. **Rapport d'activité de la Chambre Syndicale de la Couture Parisienne pour l'année 1952**. , 1952b.

CSCP. **Rapport d'activité de la Chambre Syndicale de la Couture Parisienne pour l'année 1953**. , 1953.

CSCP. **Rapport d'activité de la Chambre Syndicale de la Couture Parisienne pour l'année 1954**. , 1954.

- CSCP. **Questionnaires relatifs à la classification Couture-Création 1955.** 1955a.
- CSCP. **Rapport financier - Exercice 1955.** , 1955b.
- CSCP. **Dépliant d'adhésion à la Chambre Syndicale de la Couture Parisienne.** , 1955c.
- CSCP. **Rapport d'activité de la Chambre Syndicale de la Couture Parisienne pour l'année 1956.** , 1956.
- CSCP. **Assemblée générale statutaire de la Chambre Syndicale de la Couture Parisienne 1958.** , 26 mar. 1958.
- CSCP. **Rapport d'activité de l'année 1959.** , 1959a.
- CSCP. **Rapport d'activité 1958.** , 1959b.
- CSCP. **Assemblée Générale Statutaire de la Chambre Syndicale de la Couture Parisienne du 16 avril 1959.** , 1959c.
- CSCP. **Compte rendu de la réunion du Comité du 18 octobre 1960.** , 1960a.
- CSCP. **Assemblée Générale Statutaire de la Chambre de la Couture Parisienne 1960.** , 3 maio 1960b.
- CSCP. **Procès-verbal de la réunion de la Commision de Contrôle du 02 mai 1962.** , 1962a.
- CSCP. **Assemblée générale statutaire de la Chambre Syndicale de la Couture Parisienne 1962.** , 8 maio 1962b.
- CSCP. **Rapport d'activité 1962.** , 1963a.
- CSCP. **Assemblée Générale Statutaire de la Chambre Syndicale de la Couture Parisienne du 22 avril 1963.** , 1963b.
- CSCP. **Rapport d'activité de la Chambre Syndicale de la Couture Parisienne pour l'année 1955.** , 1995.
- DEMORNEX, J. **Lucien Lelong : l'intemporel.** Paris: le Promeneur, 2007.
- DESCHAMPS, G. **La crise dans les Industries du Vêtement et de la Mode à Paris: pendant la période de 1930 à 1937.** Paris: Université de Paris - Faculté de Droit, 1937.
- DUBÉ-SENÉCAL, V. **La mode française: vecteur d'influence aux États-Unis, 1946-1960.** Paris: Hermann, 2021.
- FARGETTE, M. **Lettre à Monsieur Ed. Delaville.** , 11 ago. 1954.

- FHCM. **Site FHCM**. Disponível em: <<https://www.fhcm.paris/fr>>.
- GRAU, F.-M. **La Haute Couture**. Paris: Presses universitaires de France, 2000.
- GRUMBACH, D. **Histoires de la mode**. Paris: Éditions du Regard, 2017.
- HÉNIN, J. **Paris haute couture**. Paris: P. Olivier, 1990.
- KURKDJIAN, S. The cultural value of Parisian Couture. Em: STEELE, V. (Ed.). **Paris Capital of fashion**. London: Bloomsbury Visual Arts, 2019.
- KURKDJIAN, S.; BASS-KRUEGER, M. **Copies et contrefaçons dans l'industrie de la mode entre 1914 et 1918**. Disponível em: <https://francearchives.gouv.fr/fr/pages_histoire/228379426>. Acesso em: 9 out. 2023.
- LECOMPTE-BOINET, G. La mode devient une affaire d'État. **Journal du textile**, p. 2–3, 26 out. 1992.
- LEGRAND, C. La haute couture esquisse son avenir. **Les Echos**, p. 28, 22 jan. 2017.
- LELONG, L. **Discours de Lucien Lelong**. , 1937.
- LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. 1a reimpr ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- MARTIN, M. DE S. A noção de campo em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 10, n. 26, 2022.
- MILLERET, G. **Haute couture : histoire de l'industrie de la création française des précurseurs à nos jours**. Paris: Eyrolles, 2015.
- MINISTÈRE DE L'INDUSTRIE ET DU COMMERCE. **Décision "Couture-Création"**. , 1945.
- MOLLI, J. Couture of Paris is a big business. **The New York Times**, 9 jun. 1963.
- MORRIS, B. Haute Couture - Will it survive by looking back ? **New York Times**, 6 fev. 1992.
- MOUCLIER, J. **Haute couture**. Neuilly-sur-Seine: J.-M. Laffont, 2004.
- PIGANEAU, J. Les "Journées de la Mode" 89 mobiliseront les détaillants. **Journal du Textile**, n. 11- 19 juillet, p. 14, 1988.
- POUILLARD, V. **Paris to New York: The transatlantic Fashion Industry**. Cambridge, Massachusetts & London, England: Harvard University Press, 2021.
- REYBAUD, F. Une réglementation plus souple. **Le Figaro**, 19 jan. 2002.

STEWART, M. L. **Dressing modern Frenchwomen: marketing Haute Couture, 1919-1939**. USA: The John Hopkins University Press, 2008.

VAN DER POST, L. A lot more than 'un peu de business' : Lucia van der Post reports that haute couture is the glamorous tip of France's eighth biggest industry. **Financial Times**, p. 13, 30 jan. 1982.

VEILLON, D. **Paris sous l'occupation**. Paris: Le Grand livre du mois, 2001.

WORTH, G. **La couture et la confection des vêtements de femme**: Imprimerie Chain. Paris: Commission permanente des valeurs de duane, 1893.

WWD. Fashion Scoops. **WWD**, p. 5, 21 jun. 2002.

Data de submissão: 10/04/2024

Data de aceite: 31/05/2024

Data de publicação: 01/06/2024